

Geopolítica da vingança

Artigo encomendado pelo Jornal do Brasil na semana seguinte ao atentado de 11 de setembro de 2001. Foi recusado pelos editores do jornal, pois, segundo eles, não se posicionava claramente entre George Bush e Osama bin Laden, o que dispensa comentários. O Jornal do Brasil faliu. Eu continuo por aqui. É interessante relê-lo agora, quando a intervenção americana no Afeganistão parece estar no fim.

César Benjamin*

O real significado dos atentados do dia 11 de setembro sobre a política mundial dependerá da evolução de, pelo menos, três grandes questões.

A primeira: a inviolabilidade do território nacional, objetivo número um na escala de preocupações do Estado americano, foi quebrada. Invulnerável a ameaças de forças armadas regulares, o país mostrou-se frágil diante dessa outra modalidade de ataque. Pior: trata-se de uma fragilidade estrutural, que atinge todas as sociedades modernas, com populações concentradas em centros urbanos, altamente dependentes de instalações fixas de todo tipo, inclusive as de uso civil, transformadas em possíveis alvos.

Será longa, difícil e cara – e de resultados incertos – a revisão, em curso, de procedimentos da segurança nacional americana. Suas extrapolações para o mundo, também. No calor dos acontecimentos, o presidente George W. Bush enunciou três conceitos:

(a) o fim do direito à neutralidade, historicamente reconhecido em todas as guerras (embora nem sempre respeitado de fato), como se houvesse apenas duas possibilidades em jogo: quem não seguir a política americana estará alinhado com os terroristas;

(b) a legitimação da idéia de “ataque preventivo” para responder a ameaças, sejam elas reais, supostas ou simplesmente inventadas (recordemos que os Estados Unidos detêm amplo controle dos grandes meios mundiais de comunicação de massas);

(b) a admissão do uso de “todas as armas”, feita por um país que possui grandes arsenais de armas biológicas, químicas e atômicas. Em um segundo momento, aliás, o sentido da expressão foi ampliado, quando se anunciou a possibilidade de legalizar assassinatos e admitir provas obtidas por meios ilegais, “desde que fora do território americano”. Essa última restrição – que faz par com a expressão “vidas americanas”, banalizada na mídia mas reveladora dos limites da globalização – mereceria uma reflexão específica. Por enquanto, basta imaginar o significado disso em um mundo em que grande número de serviços secretos ou simples esbirros estarão sob pressão para apresentar resultados.

Sob todos esses aspectos, a busca de maior segurança no território americano – objetivo legítimo dos Estados Unidos – se faria às custas de disseminar insegurança no mundo, em uma escala nunca antes vista. Felizmente, há indícios de que vários Estados opuseram algum grau

de resistência à primeira reação americana, de modo que algum ponto de equilíbrio, ainda obscuro, deverá ser buscado. O terrorismo precisa ser erradicado preservando-se os valores fundamentais do processo civilizatório.

A segunda questão não é nova: diz respeito ao abastecimento de petróleo, uma conhecida vulnerabilidade americana. Com reservas, em seu território, de 28,6 bilhões de barris e um consumo diário de 19,5 milhões de barris, os Estados Unidos têm petróleo próprio para abastecer-se durante apenas quatro anos. A evolução do cenário no Oriente Médio tem sido favorável à posição americana: a principal potência regional não subordinada, o Iraque, foi destruída e permanece há dez anos sob bloqueio, remetida a uma posição defensiva, e a maioria dos Estados árabes já reconhece (ou se dispõe a reconhecer) Israel. Nos dez últimos anos, desapareceu o espectro de uma guerra entre Estados na região. O conflito ficou reduzido a uma escala local, de baixa intensidade, envolvendo helicópteros e grupamentos de soldados, de um lado, homens-bomba e atiradores de pedra, de outro, em escaramuças suficientes para alimentar noticiários, mas incapazes de colocar em risco a oferta de petróleo. Ao convocar a guerra contra os infiéis, bin Laden pretende estimular uma desestabilização de regimes pró-americanos instalados na região, mas, até onde se pode ver, é improvável que tenha êxito. A resposta dos Estados Unidos seria igualmente imediata e violenta, apoiada por inúmeros Estados cuja existência seria ameaçada por um movimento pan-islâmico desse tipo.

A terceira questão relaciona-se com o ataque, em marcha, ao Afeganistão. É ingênuo imaginar que uma operação de tamanho porte obedeça apenas a impulsos emocionais e seja desencadeada sem que tenha relação com metas estratégicas bem definidas. O Estado americano acumulou extraordinário poder nos dois últimos séculos exatamente por sua capacidade de nunca perder de vista objetivos de longo prazo, articulados entre si, subordinando a eles cada decisão relevante. Na busca desses objetivos, até aqui, acertou muito mais do que errou.

O ataque, porém, é um aparente *non sense*. Uma guerra para caçar bin Laden cai no paradoxo apontado por Rousseau em *O contrato social*: “A guerra não é uma relação de homem com homem, mas de Estado com Estado (...). Cada Estado só pode ter como inimigos outros Estados, e não homens, já que entre coisas díspares por natureza não pode haver nenhuma relação real.”

Os Estados Unidos, por sua vez, apresentaram evidências construídas *ad hoc* para estabelecer alguma relação entre o regime afegão e os atentados, e a bem da verdade desde o primeiro momento a acusação contra bin Laden foi feita de forma vaga e inconsistente, de modo a tornar impossível que o Talebã aceitasse extraditá-lo. A decisão de atacar, claramente, foi tomada à revelia dessas formalidades, o que aliás não causa surpresa: para a opinião pública e as autoridades americanas, dada a gravidade do crime cometido, submeter uma pessoa (ou um grupo) a julgamento, meses a fio, seguindo os procedimentos formais, seria uma resposta civilizada, mas fraca. A legitimação dessa decisão não parece ser um problema: ultrapassado o

primeiro momento, a dinâmica da guerra passa a legitimar a si mesma, pois as nuances são esquecidas e a demonização do outro prevalece amplamente.

O mais intrigante, porém, é que à primeira vista o Afeganistão parece ser um péssimo alvo. Chegar em seu território, longe do mar, é uma encrenca. Combater lá, como tem sido analisado, é uma encrenca muito maior. A topografia é montanhosa. O inverno é rigoroso. As estradas são poucas e péssimas. A população está dispersa no meio rural. Ao contrário do Iraque e da Sérvia, o país não possui infra-estruturas fixas, instalações produtivas e bases militares que justifiquem bombardeios prolongados e eficazes. Quanto às anunciadas operações de comando, os generais americanos deverão hesitar muito, antes de enviar rapazes recrutados na Califórnia para encontrar bin Laden nos grotões de um país hostil em que a metade da população usa barba e turbante, enquanto a outra metade anda com o rosto coberto. Coisas assim só funcionam bem no cinema. Os Talebãs, provavelmente, serão expulsos com facilidade do poder nas cidades, mas manterão capacidade de combate guerrilheiro durante muito tempo, não necessariamente restringindo sua atuação ao território afegão.

A resposta a esse enredo confuso pode ser rastreada por via indireta. Por seu potencial e suas dificuldades, a Ásia é a grande incógnita do sistema-mundo nas próximas décadas. De um lado, tem a segunda maior economia nacional (o Japão), a potência emergente (a China), potências regionais importantes (como a Índia, o Paquistão e o Irã), grandes massas demográficas, elevado dinamismo tecnológico, experiências de desenvolvimento rápido, empresas e bancos de grande porte, Estados nacionais ciosos de sua independência, capacidade militar (e nuclear) ascendente. Por tudo isso, será uma jogadora de grande peso no século que se inicia. Mas também tem problemas imensos: está longe de criar uma área econômica ou politicamente integrada, abriga grandes populações em estado de pobreza, permanece dividida por um sem-número de contenciosos de todos os tipos. Um dos mais graves diz respeito, exatamente, à acomodação de populações muçulmanas presentes em diversos países. A ordem mundial americana não foi – e não será – capaz de enquadrar esse continente “exótico”, grande demais e forte demais para ser engolido (como a América Latina), marginalizado (como a África), dominado (como o Oriente Médio) ou derrotado (como a ex-União Soviética). Mas, pelo manejo de suas contradições internas, pode mantê-lo contido.

O Departamento de Estado considera que o quarto objetivo estratégico da geopolítica americana é o mais difícil de ser mantido no longo prazo. Ele é assim definido: “Que nenhum poder, ou conjugação de poderes, do hemisfério oriental possa desafiar o domínio norteamericano sobre os oceanos.” Compreende-se a preocupação: o controle simultâneo dos oceanos é, de longe, o elemento central na supremacia militar em escala mundial. Tendo-o conquistado, os Estados Unidos detêm o monopólio da capacidade deslocar e projetar suas forças em qualquer parte do mundo.

Criar uma poderosa marinha de guerra exige recursos imensos, incompatíveis com manter grandes exércitos envolvidos com problemas territoriais. Daí o permanente esforço

americano de fazer com que seus competidores potenciais – especialmente os asiáticos – mantenham-se às voltas com ameaças terrestres, que os próprios Estados Unidos, por sua posição geográfica, não enfrentam. Esse tem sido, há muito tempo, o jogo americano na Ásia. Quando a extinta União Soviética começou a desenvolver uma marinha de guerra de alcance mundial, os Estados Unidos, em um lance de gênio, a atolaram em uma prolongada guerra terrestre, justamente no Afeganistão. O resultado todos conhecem.

Independentemente dos juízos de valor que se possam fazer sobre a ação em curso, uma tensão duradoura no coração da Ásia – ampliando-se a guerra civil latente na região – se ajusta perfeitamente aos interesses estratégicos dos Estados Unidos. Eis uma pista para entender o que vai ocorrer quando o Talebã tiver de recuar para as montanhas, fazendo apelos a uma guerra santa. O Afeganistão tem fronteiras com o Irã, o Paquistão, a China e ex-repúblicas soviéticas, além de ficar muito perto da Índia e da Rússia. Enquanto a turbulência persistir, ali e em áreas vizinhas, todos eles precisarão manter-se voltados para dentro. Isso mostra uma importante fraqueza da Ásia, quando considerada como possível pólo de poder mundial.

Depois da incursão, os Estados Unidos se retirarão em suas embarcações, tendo dado uma demonstração de poder, saciado sua necessidade de vingança e, principalmente, realimentado uma cizânia que Irã, Paquistão, Rússia, China e Índia precisarão administrar por muitos anos. Enquanto isso, a grande esquadra continuará a navegar pelo mundo, soberana. O poderio do Estado americano sairá fortalecido, mas – como os atentados dos dia 11 de setembro mostraram – isso não se aplica, necessariamente, à sua capacidade efetiva de controlar um mundo cada vez mais caótico. Uma nova ordem mundial nunca foi tão necessária.

* César Benjamin é editor e autor de *A opção brasileira* (Contraponto Editora, 1998).